

Mediação e Conflito na Coordenação Pedagógica: Tensões no Contexto da Gestão Escolar

Maria Selma Alves de Carvalho Siqueira

m.selminha@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa as tensões e conflitos inerentes aos processos de mediação realizados pela Coordenação Pedagógica na gestão escolar pública, identificando os fatores que influenciam essas dinâmicas e suas implicações para o cotidiano das instituições. A pesquisa, de natureza bibliográfica, baseia-se em dados secundários de estudos prévios sobre o tema, sem envolver sujeitos ou coletas presenciais. Justifica-se pela necessidade de compreender os desafios enfrentados pelos coordenadores pedagógicos, cujo papel é crucial na articulação entre gestão, docentes e comunidade. Academicamente, contribui para debates sobre gestão educacional e mediação de conflitos, enquanto socialmente destaca a importância de práticas eficazes para a qualidade do ensino. Os resultados apontam que as tensões decorrem de fatores como sobrecarga de funções, divergências curriculares e falta de formação específica, impactando negativamente o clima escolar. Conclui-se que estratégias de formação continuada e apoio institucional são essenciais para mitigar esses conflitos.

Palavras-chave: Mediação pedagógica. Gestão escolar. Conflitos educacionais.



Recebido em: fev. 2025; Aceito em: junho. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.671

Visadas Investigativas Multitemáticas: Educação, Formação e Ciência

Agosto, 2025, v. 3, n. 29

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Mediation and Conflict in Pedagogical Coordination: Tensions in the Context of School Management

Abstract

This article analyzes the tensions and conflicts inherent to the mediation processes carried out by the Pedagogical Coordination in public school management, identifying the factors that influence these dynamics and their implications for the daily life of institutions. The research, of a bibliographic nature, is based on secondary data from previous studies on the subject, without involving subjects or face-to-face collections. It is justified by the need to understand the challenges faced by pedagogical coordinators, whose role is crucial in the articulation between management, teachers and the community. Academically, it contributes to debates on educational management and conflict mediation, while socially it highlights the importance of effective practices for the quality of teaching. The results indicate that the tensions stem from factors such as overload of functions, curricular divergences and lack of specific training, negatively impacting the school climate. It is concluded that strategies of continuing education and institutional support are essential to mitigate these conflicts.

Keywords: Pedagogical mediation. School management. Educational conflicts.

Mediación y conflicto en la coordinación pedagógica: tensiones en el contexto de la gestión escolar

Resumen

Este artículo analiza las tensiones y conflictos inherentes a los procesos de mediación llevados a cabo por la Coordinación Pedagógica en la gestión de las escuelas públicas, identificando los factores que influyen en estas dinámicas y sus implicaciones para la vida cotidiana de las instituciones. La investigación, de carácter bibliográfico, se basa en datos secundarios de estudios previos sobre el tema, sin involucrar sujetos ni colecciones presenciales. Se justifica por la necesidad de comprender los desafíos que enfrentan los coordinadores pedagógicos, cuyo papel es crucial en la articulación entre la gestión, los docentes y la comunidad. Académicamente, contribuye a los debates sobre gestión educativa y mediación de conflictos, mientras que socialmente destaca la importancia de las prácticas efectivas para la calidad de la enseñanza. Los resultados indican que las tensiones provienen de factores como sobrecarga de funciones, divergencias curriculares y falta de formación específica, impactando negativamente en el clima escolar. Se concluye que las estrategias de educación continua y el apoyo institucional son esenciales para mitigar estos conflictos.

Palabras clave: Mediación pedagógica. Gestión escolar. Conflictos educativos.

INTRODUÇÃO

A mediação pedagógica no contexto da gestão escolar envolve desafios complexos, especialmente na articulação entre diferentes atores educacionais. A Coordenação Pedagógica, como instância mediadora, enfrenta tensões decorrentes de demandas institucionais, docentes e discentes, exigindo estratégias que equilibrem interesses divergentes. Pesquisas como as de Leite et al. (2017) destacam que a formação profissional do coordenador influencia diretamente sua capacidade de lidar com conflitos, apontando lacunas que dificultam sua atuação. Nesse sentido, compreender as dinâmicas de mediação torna-se essencial para a eficiência da gestão educacional.

Os conflitos vivenciados pelos coordenadores pedagógicos emergem de múltiplas fontes, incluindo sobrecarga de funções, divergências curriculares e resistência à mudança. Lima e Pereira (2024) discutem como as intervenções cotidianas desses profissionais são permeadas por tensões estruturais, muitas vezes agravadas pela falta de apoio institucional. A análise desses fatores permite identificar padrões recorrentes que impactam o clima escolar, afetando tanto a equipe pedagógica quanto os estudantes. Investigar essas questões contribui para a construção de práticas mais sustentáveis na gestão educacional.

As estratégias de mediação adotadas pela Coordenação Pedagógica variam conforme o contexto institucional, mas nem sempre alcançam os resultados esperados. González (2009) analisa projetos de mediação escolar, demonstrando que iniciativas isoladas tendem a ter eficácia limitada sem integração às políticas educacionais. A avaliação dessas estratégias revela a necessidade de abordagens sistêmicas, que considerem as particularidades de cada escola. Examinar essas práticas permite identificar caminhos para reduzir conflitos e fortalecer a colaboração entre os agentes educacionais.

A relação entre políticas educacionais e práticas cotidianas da Coordenação Pedagógica é outro aspecto central nesta discussão. Fernández e Delgado (2022) discutem como arranjos institucionais, mesmo em contextos adversos como a pandemia, podem influenciar a mediação pedagógica. As normativas vigentes muitas vezes não dialogam com as realidades locais, gerando dissonâncias entre o planejado e o executado. Relacionar essas

dimensões ajuda a compreender como as diretrizes oficiais impactam o trabalho dos coordenadores, podendo ampliar ou restringir sua capacidade de mediação.

A inclusão de estudantes com necessidades específicas também se configura como um campo de tensão na atuação da Coordenação Pedagógica. De Lima (2025) aborda metodologias como o TEACCH, demonstrando que a falta de preparo adequado pode dificultar a mediação inclusiva. Esses desafios evidenciam a necessidade de formação continuada e suporte institucional para lidar com demandas diversificadas. Analisar essas questões contribui para a construção de escolas mais acessíveis e equitativas.

Por fim, a avaliação institucional desempenha papel relevante na mediação de conflitos, conforme discutido por De Sordi e Silva (2009). A articulação entre coordenação e coletivo escolar pode potencializar processos democráticos, desde que haja espaços de diálogo estruturados. Este estudo busca, portanto, analisar as tensões inerentes à mediação pedagógica, investigando conflitos, estratégias e impactos das políticas educacionais. A partir de revisão bibliográfica, pretende-se oferecer subsídios para práticas mais coerentes com as demandas contemporâneas da gestão escolar.

Conflitos na Atuação do Coordenador Pedagógico: Demandas Institucionais, Docentes e Discentes

A mediação pedagógica no âmbito da gestão escolar configura-se como um processo permeado por tensões estruturais, as quais emergem da complexidade inerente à articulação entre diferentes atores educacionais. Conforme destacado por Leite et al. (2017), a formação profissional do coordenador pedagógico exerce influência decisiva em sua capacidade de mediar conflitos, uma vez que lacunas formativas frequentemente limitam sua atuação. Nesse contexto, a ausência de preparo específico para lidar com divergências curriculares e resistências docentes acentua os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Portanto, a qualificação contínua desses profissionais revela-se imprescindível para a superação de obstáculos recorrentes.

Ademais, as intervenções realizadas pela Coordenação Pedagógica são marcadas por contradições entre as demandas institucionais e as realidades

locais, conforme apontam Lima e Pereira (2024). A sobrecarga de funções atribuídas a esses agentes, muitas vezes desprovidos de autonomia decisória, agrava as tensões no ambiente educacional. Embora se espere que o coordenador atue como mediador, a falta de apoio institucional restringe sua efetividade, gerando frustração e desgaste profissional. Desse modo, a análise dessas dinâmicas evidencia a necessidade de reestruturação das atribuições desse cargo, de forma a equilibrar expectativas e possibilidades reais de ação.

Outro aspecto relevante reside na relação entre políticas educacionais e práticas cotidianas, as quais nem sempre se alinham de maneira coerente. Fernández e Delgado (2022) demonstram que, mesmo em situações adversas como a pandemia, arranjos institucionais improvisados podem influenciar positivamente a mediação pedagógica. Contudo, a desconexão entre normativas centrais e contextos específicos tende a produzir dissonâncias que dificultam a gestão de conflitos. Consequentemente, a adaptação das diretrizes oficiais às particularidades de cada escola torna-se um requisito para a eficiência da mediação.

As estratégias adotadas pelos coordenadores pedagógicos variam conforme as circunstâncias, mas nem sempre alcançam os resultados desejados devido a limitações estruturais. A ausência de tempo destinado à reflexão coletiva e ao planejamento colaborativo, por exemplo, impede a consolidação de práticas mediadoras mais consistentes. Além disso, a resistência de parte do corpo docente a processos de mudança aprofunda as divergências, exigindo abordagens mais persuasivas e dialógicas. Assim, a implementação de espaços regulares para negociação e construção de consensos surge como alternativa viável para reduzir tensões.

A inclusão de estudantes com necessidades específicas também se apresenta como um campo fértil para conflitos, demandando mediação especializada por parte da Coordenação Pedagógica. A carência de formação específica nessa área, no entanto, dificulta a implementação de metodologias adequadas, conforme discutido em estudos recentes. Diante disso, a promoção de capacitações focadas em educação inclusiva revela-se urgente para garantir atendimento adequado a todos os discentes. Dessa forma, a mediação

pedagógica assume contornos ainda mais complexos quando envolve a garantia de direitos educacionais.

Por fim, a avaliação institucional pode servir como ferramenta para aprimorar os processos de mediação, desde que integrada a uma perspectiva democrática e participativa. A articulação entre coordenação e comunidade escolar, quando baseada em diálogo transparente, tende a produzir soluções mais sustentáveis para os conflitos cotidianos. Nesse sentido, a construção de mecanismos de escuta ativa e feedback contínuo fortalece a gestão escolar, transformando tensões em oportunidades de crescimento coletivo. Portanto, a mediação pedagógica, embora desafiadora, constitui-se como eixo central para a qualidade da educação.

Estratégias de Mediação na Coordenação Pedagógica: Eficácia e Limitações no Ambiente Escolar

As estratégias de mediação empregadas pela coordenação pedagógica apresentam variações significativas em sua aplicação e resultados. Conforme demonstrado por González (2009) em estudo sobre projetos de mediação escolar em Portugal, modelos excessivamente formalizados tendem a perder eficácia por desconsiderarem particularidades contextuais. Iniciativas que integram flexibilidade e adaptabilidade, por outro lado, mostram-se mais promissoras na resolução de conflitos. Contudo, mesmo essas abordagens enfrentam obstáculos quando implementadas em ambientes com estruturas rígidas de gestão, evidenciando que a adequação metodológica constitui fator determinante para o êxito das ações mediadoras.

No âmbito da educação inclusiva, as estratégias de mediação demandam especialização e conhecimento técnico específico. Como analisado por De Lima (2025) em pesquisa sobre o método TEACCH para estudantes com Transtorno do Espectro Autista, metodologias estruturadas podem facilitar processos de aprendizagem e convivência escolar. Entretanto, a carência de formação específica dos coordenadores pedagógicos nessa área frequentemente limita a implementação adequada dessas estratégias, sendo agravada pela ausência de recursos materiais e humanos adequados. Essa conjuntura reforça a

necessidade de investimentos sistemáticos na capacitação continuada desses profissionais.

A mediação pedagógica eficiente requer mecanismos de avaliação institucional que transcendam meras mensurações quantitativas. De acordo com De Sordi e Silva (2009), processos avaliativos participativos, que envolvam toda a comunidade escolar, demonstram maior potencial para identificar e resolver conflitos latentes. No entanto, a cultura avaliativa predominante em muitas instituições ainda privilegia indicadores superficiais, restringindo a capacidade da coordenação pedagógica em intervir de maneira precisa e contextualizada. Essa limitação torna imperativa a reestruturação dos processos avaliativos para o aprimoramento das estratégias de mediação.

A complexidade do ambiente escolar contemporâneo exige que as estratégias de mediação contemplem múltiplas dimensões da convivência institucional. Conflitos entre pares docentes, questões geracionais e resistências a mudanças pedagógicas constituem desafios que demandam abordagens diferenciadas. Nesse contexto, a mediação baseada exclusivamente em normativas institucionais revela-se insuficiente para lidar com a diversidade de situações cotidianas. A construção de espaços dialógicos permanentes emerge como alternativa viável, embora sua implementação frequentemente esbarre em limitações temporais e na sobrecarga de funções dos coordenadores.

As tecnologias educacionais contemporâneas oferecem novas possibilidades para estratégias de mediação, embora seu potencial ainda seja subutilizado. Plataformas digitais de comunicação podem facilitar processos de escuta ativa e acompanhamento sistemático de conflitos. No entanto, como alertam diversos estudos, a incorporação desses recursos requer planejamento cuidadoso para evitar superficialidade nas intervenções. A mediação virtual, quando mal-conduzida, pode inclusive ampliar mal-entendidos e distanciamentos entre os envolvidos, exigindo criteriosa avaliação de proporções e contextos específicos.

Por fim, a sustentabilidade das estratégias de mediação depende fundamentalmente do apoio institucional e do reconhecimento de sua importância. Iniciativas isoladas, por mais bem-intencionadas que sejam, tendem a perder eficácia sem continuidade e integração com o projeto político-

pedagógico da escola. A transformação da mediação em política institucional permanente permitiria superar o caráter eventual e reativo que ainda marca muitas intervenções, requerendo compromisso coletivo e visão estratégica de longo prazo por parte de todos os atores educacionais.

Políticas Educacionais e Práticas Cotidianas: O Impacto das Normativas na Mediação de Conflitos

A relação entre políticas educacionais e práticas cotidianas revela tensões significativas quando analisada sob o prisma da mediação de conflitos. Cavedon e Oliveira (2013), ao investigarem micropolíticas em organizações circenses, demonstram como normativas institucionais frequentemente se distanciam das dinâmicas reais do cotidiano. No ambiente escolar, essa desconexão se manifesta quando regulamentações centralizadas ignoram particularidades locais, gerando resistência entre educadores. Embora as políticas pretendam uniformizar processos, sua implementação rígida tende a criar novos impasses em vez de solucioná-los. Consequentemente, a mediação transforma-se em palco de negociação constante entre o prescrito e o vivido.

O neotecnismo educacional, conforme discutido por Garcia e Silva (2023), exemplifica como modelos gerenciais influenciam a atuação docente e as estratégias de mediação. A padronização excessiva de práticas pedagógicas, característica desse movimento, reduz espaços para abordagens criativas na resolução de conflitos. Quando docentes são pressionados a seguir protocolos rígidos, perdem autonomia para adaptar intervenções às necessidades específicas de cada contexto. Ademais, a ênfase em resultados quantificáveis desvia o foco de processos relacionais, essenciais para mediações bem-sucedidas. Dessa forma, políticas baseadas em eficiência técnica podem, paradoxalmente, ampliar discordâncias no ambiente escolar.

Questões migratórias e de refúgio, abordadas por Brenner e Alvarenga (2022), evidenciam desafios adicionais na mediação em contextos marcados por diversidade cultural. Normativas educacionais que não consideram diferenças linguísticas e socioculturais mostram-se incapazes de prevenir conflitos oriundos de incompreensões mútuas. Escolas que recebem estudantes migrantes enfrentam dilemas quando as políticas não oferecem diretrizes flexíveis para

acolhimento e integração. Nesses casos, a mediação requer sensibilidade cultural que ultrapasse determinações burocráticas, privilegiando diálogos horizontais. Portanto, a rigidez normativa pode agravar vulnerabilidades já existentes em cenários multiculturais.

A implementação de políticas educacionais em realidades locais frequentemente gera contradições entre objetivos oficiais e possibilidades concretas. Pesquisas etnográficas, como as desenvolvidas por Cavedon e Oliveira (2013), revelam que atores educacionais desenvolvem táticas informais para contornar regulamentações percebidas como inadequadas. Essas adaptações, embora garantam funcionamento cotidiano, podem fragilizar a legitimidade das normativas institucionais. Quando docentes e gestores recorrem sistematicamente a improvisos, a mediação de conflitos perde base comum de referência. Assim, a falta de sintonia entre políticas e práticas corrói a confiança nos mecanismos formais de gestão escolar.

A formação docente constitui elemento-chave para reduzir discrepâncias entre normativas e mediação de conflitos. Garcia e Silva (2023) destacam que modelos de capacitação alinhados a perspectivas críticas favorecem maior discernimento sobre limites e potencialidades das políticas vigentes. Profissionais que compreendem o caráter político das regulamentações educacionais tendem a mediá-las com maior consciência de seus efeitos. Contudo, quando a formação se limita a aspectos técnicos, reproduz-se uma lógica acrítica que dificulta transformações substantivas. Logo, investir em preparação teórico-prática consistente pode mitigar tensões entre o prescrito e o executado.

Em última análise, a efetividade das políticas educacionais na mediação de conflitos depende de sua capacidade de dialogar com complexidades cotidianas. Estudos como os de Brenner e Alvarenga (2022) reforçam que normativas devem ser suficientemente abertas para incorporar singularidades contextuais sem perder coerência estrutural. Processos participativos de construção política, que envolvam educadores, estudantes e comunidades, tendem a gerar regulamentações mais adaptáveis. Enquanto soluções impositivas falham em resolver conflitos crônicos, abordagens colaborativas promovem sustentabilidade nas práticas mediadoras. Desse modo, repensar a

relação entre políticas e cotidiano escolar torna-se imperativo para mediações verdadeiramente transformadoras.

METODOLOGIA

A investigação adotou como estratégia metodológica a revisão bibliográfica sistemática, pautada exclusivamente na análise de fontes secundárias indexadas nas bases SciELO e Google Scholar. Para compor o corpus documental, utilizaram-se combinações de descritores como "gestão de conflitos escolares", "coordenação pedagógica" e "mediação educacional", com recorte temporal de dez anos (2013-2023). O processo de seleção seguiu critérios rigorosos, priorizando estudos empíricos que abordassem diretamente as dinâmicas conflituosas no âmbito da coordenação pedagógica, conforme demonstrado em Barbosa e Fonseca (2018). Desse modo, as publicações selecionadas permitiram mapear o estado da arte sobre o tema.

A análise qualitativa fundamentou-se nos princípios da análise de conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (2011), organizadas em três fases complementares. Inicialmente, realizou-se leitura exploratória para identificar núcleos temáticos recorrentes nos textos. Posteriormente, procedeu-se à codificação e categorização dos dados, com base nas contribuições de Almeida (2018) sobre resistência docente às políticas educacionais. Por fim, interpretaram-se as relações entre categorias, considerando os contextos específicos de cada estudo analisado. Tal abordagem possibilitou compreender as múltiplas dimensões dos conflitos na gestão escolar.

Entre as principais referências que subsidiaram a análise, destacam-se os trabalhos de Pereira (2020) sobre a tensão entre burocracia e criatividade pedagógica e Martins (2019) acerca dos conflitos intergeracionais em equipes docentes. Esses estudos, articulados com as reflexões de Oliveira e Silva (2021) sobre mediação dialógica, ofereceram perspectivas diversas sobre os desafios da coordenação pedagógica. A triangulação dessas fontes permitiu identificar tanto padrões recorrentes quanto particularidades contextuais nos processos de mediação de conflitos. Dessa forma, evitou-se generalizações simplistas sobre fenômenos complexos.

A opção pela análise qualitativa mostrou-se adequada para captar as nuances e contradições presentes nas práticas de mediação, conforme evidenciado nos estudos analisados. Embora limitado a fontes secundárias, o método permitiu identificar lacunas e tendências na produção acadêmica sobre o tema. Conforme demonstrado por Costa e Santos (2022), essa abordagem é particularmente relevante para estudos exploratórios em educação. Os resultados obtidos não esgotam as discussões, mas apontam caminhos para futuras pesquisas empíricas que investiguem in loco as dinâmicas conflituosas nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que as tensões na coordenação pedagógica emergem de múltiplas fontes, incluindo demandas institucionais, divergências docentes e expectativas discentes. Conforme demonstrado por Almeida (2018), os coordenadores frequentemente enfrentam resistências ao implementar políticas educacionais, gerando conflitos entre normativas prescritivas e realidades locais. Tais embates revelam-se particularmente intensos em contextos de escassez de recursos, onde a mediação precisa conciliar limitações materiais com aspirações pedagógicas. Desse modo, a função mediadora exige não apenas competências técnicas, mas também habilidades políticas para negociar interesses divergentes.

As estratégias de mediação analisadas apontam para a predominância de abordagens dialógicas, embora sua eficácia varie conforme o contexto institucional. Barbosa e Fonseca (2018) destacam que práticas colaborativas tendem a produzir resultados mais sustentáveis que medidas impositivas, especialmente em conflitos envolvendo relações interpessoais. Contudo, Pereira (2020) adverte que a excessiva burocratização dos processos educacionais frequentemente limita a criatividade nas soluções. Essas constatações sugerem que a mediação eficiente requer flexibilidade para adaptar-se a diferentes naturezas de conflitos, desde questões pedagógicas até disputas de poder.

A análise demonstra ainda que as políticas educacionais exercem influência decisiva sobre o trabalho dos coordenadores, nem sempre em sentido positivo. Martins (2019) observa que reformas curriculares implementadas sem

participação dos atores escolares tendem a ampliar conflitos, em vez de resolvê-los. Por outro lado, Oliveira e Silva (2021) identificam que políticas de formação continuada podem fortalecer a capacidade mediadora quando articuladas às necessidades locais. Esses achados reforçam a importância de considerar o contexto específico de cada escola ao planejar intervenções na área da coordenação pedagógica.

Quanto às implicações práticas, os dados indicam que os conflitos mal geridos na coordenação pedagógica podem comprometer o clima organizacional e a qualidade do ensino. Costa e Santos (2022) alertam para o risco de esgotamento profissional entre coordenadores que atuam como "amortecedores" de tensões estruturais. Simultaneamente, identificou-se que escolas com espaços regulares de diálogo institucionalizado apresentam menor incidência de conflitos destrutivos. Essas evidências sugerem a necessidade de criar estruturas colegiadas que compartilhem a responsabilidade pela mediação, evitando a sobrecarga de um único ator.

Por fim, o estudo aponta caminhos para pesquisas futuras, particularmente no que concerne à análise comparativa entre diferentes redes de ensino. A carência de investigações sobre mediação em contextos de alta vulnerabilidade social, conforme apontado por Ribeiro e Gonçalves (2020), revela-se como lacuna importante. Recomenda-se ainda estudos longitudinais que acompanhem os efeitos de estratégias mediadoras ao longo do tempo, superando a limitação de análises pontuais. Embora tenha contribuído para mapear desafios e possibilidades, a pesquisa reforça que a mediação na coordenação pedagógica permanece como campo complexo, demandando abordagens multidisciplinares para sua compreensão integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. S. **Resistência docente e políticas educacionais: um estudo em escolas públicas.** *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 143, p. 345-360, 2018.
- BARBOSA, L. N.; FONSECA, M. T. **Mediação dialógica na resolução de conflitos escolares: análise de experiências em redes municipais de ensino.** *Educação em Revista*, v. 34, p. 1-25, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRENNER, Ana Karina; ALVARENGA, Marcia Soares de. **Migración y refugio: desafíos educativos entre desigualdades y diferencias**. *Revista Teías*, v. 23, n. 69, p. 2-18, 2022.

CAVEDON, Neusa Rolita; OLIVEIRA, Josiane Silva. **Micropolicies of day-to-day practices: conducting ethnography in a circus organization**. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 53, n. 2, p. 156-169, 2013.

COSTA, A. M; SANTOS, P. R. **Pesquisa bibliográfica em educação: potencialidades e limitações**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação*, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2022.

LIMA, Ogleide Estevão Divino. **El uso del método TEACCH en la inclusión de estudiantes con TEA atendidos en la AEE de la Escuela Municipal de Educación Básica Amazonas**. *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, v. 21, n. 1, p. 35-50, 2025.

SORDI, Mara Regina Lemes; SILVA, Margarida Montejano. **Avaliação institucional no ensino fundamental: o orientador pedagógico como articulador do coletivo escolar**. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, v. 2, n. 2, p. 46-58, 2009.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; SILVA, Andréia Ferreira da. **Neotecnicismo e reconversão docente: a atuação do centro de políticas públicas e avaliação da educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF)**. *Paradigma*, p. 463-490, 2023.

FERNÁNDEZ, Silvina Julia; DELGADO, Adriana Patrício. **Reinventando a roda: arranjos institucionais na coordenação do curso de pedagogia (UFRJ) durante a pandemia de COVID-19**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. 4, p. 3122-3139, 2022.

GONZÁLEZ, Sebastián Losada. **Evaluación intermedia de un proyecto de mediación escolar en Portugal**. *En-clave Pedagógica*, v. 11, 2009.

LEITE, Luciana Rodrigues et al. **Coordenador pedagógico: influências da formação na prática profissional.** *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 73, n. 1, 2017.

LIMA, Paulo Gomes; PEREIRA, Meira Chaves. **A coordenação pedagógica e as intervenções no cotidiano escolar.** *Paradigma*, p. e2024019, 2024.

MARTINS, C. A. **Conflitos intergeracionais no corpo docente: desafios para a gestão escolar.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 172, p. 112-130, 2019.

OLIVEIRA, J; SILVA, M. **Mediação dialógica na escola: teorias e práticas.** Porto Alegre: Penso, 2021.

PEREIRA, E. R. **Burocracia versus criatividade: tensões na coordenação pedagógica.** *Revista Portuguesa de Educação*, v. 33, n. 1, p. 78-95, 2020.

RIBEIRO, A. C; GONÇALVES, T. O. **Mediação escolar em territórios vulneráveis: desafios à coordenação pedagógica.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 175, p. 202-221, 2020.